

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS
CIENCIAS ATUARIAIS**

**AS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADAS E O CENÁRIO
ATUAL COM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

João Bastianon Pontes

Osasco – SP

2019

João Bastianon Pontes

**AS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADAS E O CENÁRIO
ATUAL COM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Trabalho de Conclusão de curso
apresentado na Escola Paulista de
Política, Economia e Negócios da
UNIFESP como requisito básico para a
conclusão do curso de Ciências
Atuariais.**

**Orientador: Prof. Doutor Joelson
Oliveira Sampaio**

Osasco – SP

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Érika Dalge Bastianon Pontes e Vanderlei José Siqueira Pontes, que desde minha infância sempre me apoiaram e me incentivaram, me dando todos os subsídios necessários para eu chegar até esta etapa de minha vida.

Ao meu irmão, André Bastianon Pontes, por sempre me fazer questionar as coisas e acreditar em mim.

Aos meus amigos, principalmente Fernando Teixeira, Bruno Capalbo, Carla Eduarda, Ana Beatriz e Nathalia Klein, que me auxiliaram em todos esses anos de graduação, passando noites em claro, dando conselhos e todo o apoio necessário.

A todo o corpo docente da EPPEN e todos os seus funcionários, que fizeram com que isso fosse possível, me repassando conhecimento e estrutura em todos os anos letivos, e principalmente ao Prof. Doutor Joelson Oliveira Sampaio, por aceitar ser meu orientador, sempre ter me auxiliado e ter compreendido minhas dificuldades desde sua chegada à EPPEN.

E agradeço também, toda e qualquer pessoa que auxilia, apoia e luta pelas universidades públicas e de qualidade que temos hoje em nosso país.

RESUMO

A aposentadoria é uma fase muito esperada por grande parte da população, para ser um período de maior tranquilidade e descanso. Porém de fato é possível manter um padrão de vida igual ao da fase laboral no período de aposentadoria? A adesão de um plano de previdência complementar é um benefício relevante na aposentadoria do indivíduo? A reforma da previdência social terá um grande impacto para quem irá se aposentar?

A presente monografia realizada visa apresentar a situação atual das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, apresentando sua estrutura, seu tamanho e sua solidez. Assim como, realizar um comparativo com a atual situação da reforma da previdência social, expondo suas principais mudanças e a relevância da previdência complementar em conjunto da previdência social.

Palavras chave: Aposentadoria, Previdência, Planejamento Financeiro.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAAP	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
CDI	Certificados de Depósito Interbancário
EAPC	Entidade Aberta de Previdência Complementar
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
FUNCEF	Fundação dos Economiários Federais
FUNCESP	Fundação da Cia de Energética de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOVESPA	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo
IMA	Índice de Mercado AMBIMA
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
PETROS	Fundação Petrobras de Seguridade Social
PIB	Produto Interno Bruto
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
TJP	Taxa de Juros Padrão
TMA	Taxa Máxima Atuarial

SUMÁRIO

1. PROBLEMATIZAÇÃO	8
1.1 INTRODUÇÃO	8
1.2 JUSTIFICATIVA	10
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 GERAL	12
1.3.2.1 ESPECÍFICOS	12
2. REFERÊNCIAL TEÓRICO	13
3. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	16
3.1 ENTIDADES ABERTAS E FECHADAS – LEI COMPLEMENTAR Nº 109...16	
3.2 ATUAL SITUAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....18	
3.3 ADESÃO AOS FUNDOS DE PENSÃO.....20	
4. PREVIDÊNCIA SOCIAL	22
4.1 DEFINIÇÃO.....22	
4.2 ATUAL CENÁRIO	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....24	
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

1. PROBLEMATIZAÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a garantia da manutenção do padrão e qualidade de vida dos trabalhadores deixou de ser uma preocupação exclusiva do governo e passou a ser da sociedade como um todo.

Envelhecimento populacional x diminuição drástica de nascimentos, crise no sistema público previdenciário, mudanças demográficas, econômicas e sociais, nos levam a planejar com mais cautela o futuro.

Criada em meados do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, a previdência complementar surge no Brasil de maneira regular em 1977, por meio da Lei nº 6.435.

Vale ressaltar que visando melhor adequação, melhores diretrizes e especificações, a Lei 6.435/77 foi revogada pela Lei complementar nº 109/2001.

Na Lei Complementar 109/2001 no Art. 1º temos a definição atualizada de Previdência Complementar como segue:

Art. 1º O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, é facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício, nos termos do caput do art. 202 da Constituição Federal, observado o disposto nesta Lei Complementar.

Segundo Alexandre Kalache, podemos observar que a baixa taxa de natalidade que vemos no Brasil, em conjunto com as crises fiscais enfrentadas pelo mundo, faz com que os governos fiquem mais atentos quanto ao assunto previdência. Até 2060, a população com 80 anos ou mais deve somar 19 milhões de pessoas, diz o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em uma pesquisa divulgada pelo IBGE em 2017, também em 2060 a população de idosos representará 33% de toda a população residente do país. Os atuais 75,2 anos de idade de esperança devem subir para aproximadamente 81 anos até 2060.

Outro dado de muita relevância é que acaba demonstrando o quanto a mudança demográfica impacta diretamente nos recursos da previdência social, é o fato de que atualmente a população idosa cresce de maneira que a população jovem não será mais capaz de sustentar a previdência social como ela é hoje.

Hoje a cada 100 integrantes da população economicamente ativa, há 21 idosos que são dependentes por meio do benefício de aposentadoria. O problema é que em 2060, a cada 100 integrantes da população economicamente ativa, serão 63 idosos. A conta não vai fechar.

Observando essas informações e levando em consideração crise econômica que vivemos desde 2008, mudanças sociais e demográficas, o quão eficiente é a previdência complementar no momento de aposentadoria em garantir a complementação de renda e a manutenção do padrão de vida do aposentando?

No decorrer desse projeto será apresentado as características básicas da previdência complementar fechada, algumas normas vigentes e responder a dúvida em questão: Os planos de previdência complementar fechada oferecidos atualmente no Brasil são adequados e o suficientes para garantir uma vida financeiramente estável no momento da aposentadoria?

1.2 JUSTIFICATIVA

Na busca por discutir um tema que é de extrema relevância para a movimentação do mercado financeiro e a manutenção de uma aposentadoria estável, esse trabalho tem como objetivo analisar a previdência complementar não somente em sua caracterização, seus tipos, mas sim, se de fato a mesma é suficiente para suprir todas as necessidades pessoais após a aposentadoria, se essa consegue manter ou pelo menos deixar próximo ao padrão de vida que se tinha quando se estava na fase laboral, levando em consideração a atual situação da Previdência Social do Brasil.

Podemos citar um dos principais fatores que inviabilizam o atual modelo da previdência social e que nos levam a analisar a previdência complementar mais a fundo, são justificados por:

O tempo de contribuição para a aposentadoria, excessivos tributos sobre a folha de salários, existência de aposentadorias especiais, relação entre contribuinte e beneficiário, o fato dos recursos da previdência social, estarem relacionados a benefícios sociais (CHAN, SILVA, MARTINS, 2006).

No ano de 2018, o Brasil consumiu aproximadamente 14% do seu PIB com pagamentos de benefícios aos seus aposentados e pensionistas.

Segundo Jardim (2007, p. 10):

A crise do sistema tem suas raízes na implantação do modelo previdenciário. Originou-se na contradição estrutural de um sistema em crescente expansão, sem que esse processo tenha sido acompanhado de alterações no mesmo sentido, na base financeira. Ou seja, houve uma grande absorção de extensas parcelas da população na cobertura da seguridade social, da mesma forma que houve uma queda progressiva da receita previdenciária, seja por diminuição da contribuição do Estado, seja devido à diminuição da participação empresarial e mesmo em relação à gestão dos recursos captados.

A previdência social do Brasil funciona pelo regime de caixa. Isto significa que, as contribuições efetuadas pelos ativos hoje, já são automaticamente utilizadas

pelos inativos. Assim, os recursos previdenciários não são suficientes para pagar a massa de aposentados (WEINTRAUB, 2003).

Quando olhamos para o ponto de vista teórico, existem poucos estudos direcionados para a área de previdência fechada. Desta maneira, a pesquisa busca contribuir, teoricamente, no sentido de reunir conceitos existentes sobre o tema.

1.3 OBJETIVOS

O principal objetivo é analisar a previdência complementar por um todo, desde sua formação até os dias atuais. Apresentar dados que nos façam analisar se somente ela é o suficiente para a manutenção do padrão de vida após o momento de aposentadoria e refletir o quanto questões sociais e econômicas influenciam a previdência no Brasil.

1.3.1 GERAL

Analisar a previdência complementar fechada oferecida na vida laboral da população brasileira e apresentar fatos de como a mesma será no momento de aposentadoria.

1.3.2.1 ESPECÍFICOS

Analisar a influência no mercado financeiro, da educação financeira que é obtida pela população, o grau de informações e conhecimentos referente a previdência complementar e como tudo isso influencia no momento de opção por se ter uma ou não.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Criada em meados do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, a previdência complementar surge no Brasil de maneira regular em 1977, com a Lei nº 6.435.

A Lei 6.435/77 em seu Art. 1º define Previdência Complementar como segue:

Art. 1º Entidades de previdência privada, para os efeitos da presente Lei, são as que têm por objeto instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos.

No início dos anos 90 houve muitas privatizações de empresas estatais, que obteve uma participação determinante dos recursos financeiros dos fundos de pensão (PINHEIRO, 2007, p 33). Também segundo Pinheiro, na metade da década começou uma migração dos tipos de plano, passando de planos de benefício definido para os planos de contribuição definida. Assim, em 1998 foi aprovada a emenda constitucional nº 20, que contou com a adequação dos planos de previdência complementar no âmbito constitucional, recebendo, assim, regras mais rígidas, conforme pode-se verificar abaixo:

Art. 202 - O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

§ 1º - A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.

§ 2º - As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

§ 3º - É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações,

empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

§ 4º - Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.

§ 5º - A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.

§ 6º - A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

Visando melhor adequação ao regime de previdência complementar e também melhores diretrizes e especificações, em 2001 a Lei 6.435/77 foi revogada pela Lei Complementar nº 109/2001.

Conforme mencionado, na Lei Complementar 109/2001 em seu Art. 1º temos sua: Art. 1º O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social (...).

A Lei Complementar nº 109/01 definiu em sua totalidade as regras gerais de previdência complementar, seja ela aberta ou fechada. Com isso foram criados novos institutos de benefício proporcional diferido e de portabilidade, e regulamentados os institutos de auto patrocínio e resgate de contribuições.

É de extrema necessidade analisar o quanto a previdência complementar fechada atinge seu objetivo, o quanto os planos atuais são efetivos quando falamos em complementação da renda do aposentado paga pelo INSS.

É um enorme desafio o trabalho de conscientização do brasileiro de que preparar-se para o futuro, imprevistos, a possibilidade de se ter uma baixa na renda na aposentadoria, possíveis problemas de saúde, a necessidade de arcar com um plano de saúde particular, esses são riscos que são reais, mas que podem ser evitados, de maneira que ao se aposentar, o aposentado não seja obrigado a voltar ao mercado de trabalho para conseguir sobreviver de maneira digna.

Um dos principais motivos em conscientizar a população para esses problemas, é a falta de educação financeira, o pensamento a curto prazo e o não acompanhamento das mudanças sociais, econômicas e populacionais de nosso país.

Atualmente, muito se discute a reforma da previdência, o quanto isso vai afetar a renda financeira de cada aposentado, quanto tempo a mais teremos de trabalhar, quanto a mais será necessário contribuir, se o benefício na aposentadoria será o suficiente, mas até que ponto essa discussão deixa de ser um assunto que são dos governantes e entram na rotina de planejamento familiar?

3. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.1 ENTIDADES ABERTAS E FECHADAS – LEI COMPLEMENTAR Nº 109

O Sistema de Previdência Social brasileiro está estabelecido basicamente sobre dois pilares: a Previdência Social básica (oferecida pelo Sistema Público) e a Previdência Complementar (fechada ou aberta), de caráter complementar ao regime de previdência oficial.

Conforme mencionado anteriormente, a Previdência Complementar Privada foi instituída pela Lei nº 6.435 de 1977, e regulamentada pelo Decreto nº 81.240, de 1978.

Esses atos normativos classificam as entidades de previdência privada em dois diferentes grupos: Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs e Entidades Abertas de Previdência Complementar - EAPCs.

Já em 2001, foram sancionadas as Leis Complementares nº 108 e 109, que revogaram a Lei nº 6.435/77. A Lei Complementar nº 108, de 2001, trata da relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e as respectivas entidades fechadas de previdência complementar. A Lei Complementar nº 109, de 2001, dispõe sobre o regime de previdência complementar e dá outras providências.

No Art.º 31 é apresentado um ponto muito importante para o melhor entendimento, a quem as entidades fechadas de previdência complementar são acessíveis, como serão constituídas, organizadas e enfatizando a necessidade de regulamentação e fiscalização por meio do órgão regulador.

Art. 31º As entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador, exclusivamente: I - aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores; e II - aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas

instituidoras. § 1º As entidades fechadas organizar-se-ão sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

Algo que deve ser comentado, é que na Lei Complementar nº 109 não há tempo explícito para que as entidades de previdência complementar constituam reservas para pagamento dos benefícios previstos em regulamento, fundos previdências e administrativos, tudo em conformidade com o previsto pelo órgão regulador e fiscalizador, nesse caso a PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Art. 9º As entidades de previdência complementar constituirão reservas técnicas, provisões e fundos, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

Na Lei são apresentados os tipos de institutos quais o participante que não venha se aposentar pelo plano de previdência pode optar para garantir assim que o tempo e os recursos investidos no plano não venham a ser perdidos.

Art. 14. Os planos de benefícios deverão prever os seguintes institutos, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador:

I - benefício proporcional diferido, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade; II - portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano; III - resgate da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo, na forma regulamentada; e IV - faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição e a do patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração ou em outros definidos em normas regulamentares.

Vale ressaltar esses institutos, pois, caso ocorra o encerramento do vínculo entre participante e plano de previdência complementar, o mesmo tem diversas opções para assim continuar no plano ou mesmo retirar o dinheiro, portar para outro plano de previdência ou mesmo investir.

A Lei Complementar nº 109 é a ferramenta mais completa de informações atual quando se fala de previdência complementar. Trata desde os princípios

básicos, explicando o que é o participante, instituidor, até o direcionamento do que fazer em caso de eventos especiais, superávit, déficit e cisão por exemplo.

Vale ressaltar que além da Lei aqui apresentada, existem outras que estão relacionadas a assuntos específicos, existem decretos e portarias. Anualmente a PREVIC faz atualizações para assim acompanhar as mudanças econômicas, sociais e demográficas.

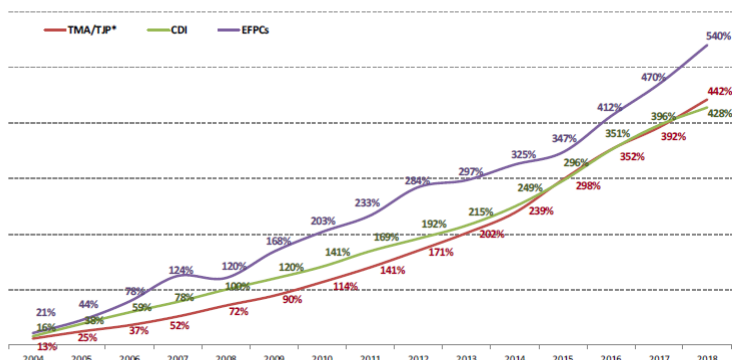
3.2 ATUAL SITUAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Os fundos de pensão seguem em constante crescimento ao decorrer dos anos, segundo a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAAP, tanto o número de participantes ativos quanto o valor dos investimentos, cresceram nos últimos anos, detendo um valor estimado em ativos de R\$ 900 bilhões ao final de 2018, o que representou 13,2% do PIB – Produto Interno Bruto - do país.

Os investimentos dos fundos tiveram um crescimento de 35% nos últimos cinco anos, passando de R\$ 640 bilhões para R\$ 865 bilhões, sendo 7,5% apenas do fechamento de 2017 até o fechamento de 2018. Já o número de participantes ativos, teve um crescimento de 19% nos últimos cinco anos, passando de 2,24 milhões para 2,67 milhões, sendo 4,2% apenas no último ano.

Outro aspecto observado é a rentabilidade dos fundos de pensão em comparação a outros índices, como CDI, IMA Geral, IBOVESPA e TMA/TJP, conforme gráfico abaixo:

Período	CDI	IMA Geral	IBOVESPA	TMA/TJP*	EFPCs
2004	16,16%	10,89%	17,82%	12,50%	21,07%
2005	19,00%	18,19%	27,73%	11,35%	19,05%
2006	15,03%	17,53%	32,93%	8,98%	23,45%
2007	11,87%	12,63%	43,65%	11,47%	25,88%
2008	12,38%	12,69%	-41,22%	12,87%	-1,62%
2009	9,88%	12,90%	82,66%	10,36%	21,50%
2010	9,77%	12,98%	1,04%	12,85%	13,26%
2011	11,58%	13,65%	-18,11%	12,44%	9,80%
2012	8,40%	17,72%	7,40%	12,57%	15,37%
2013	8,06%	-1,42%	-15,50%	11,63%	3,28%
2014	10,82%	12,36%	-2,91%	12,07%	7,07%
2015	13,26%	9,32%	-13,31%	17,55%	5,22%
2016	14,01%	20,99%	38,94%	13,60%	14,56%
2017	9,93%	12,82%	26,86%	8,86%	11,36%
dez/18	0,49%	1,17%	-1,81%	0,66%	0,15%
2018	6,42%	10,05%	15,03%	10,14%	12,30%
12 meses	6,42%	10,05%	15,03%	10,14%	12,30%
Acumulado	427,52%	506,83%	295,37%	442,40%	540,41%
Acumulado anualizado	11,72%	12,77%	9,60%	11,93%	13,18%



* TMA - Taxa Máxima Atuarial (até dez/2014) - de acordo com as premissas previstas na Resolução CNPC nº 9 de 29/11/2012.

Fonte: ABRAAP / BACEN / IPEADATA

TJP- Taxa de Juros Padrão (INPC + limite superior de 5,65% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a IN nº 19/2015 e Portaria PREVIC nº 197 de 14/04/2015 até dez/2015); (INPC + limite superior de 6,59% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 186 de 28/04/2016); (INPC + limite superior de 6,66% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 375 de 17/04/2017); (INPC + limite superior de 6,39% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 363 de 26/04/2018)

Fonte: Consolidado Estatístico ABRAAP 12/2018

Nos últimos 14 anos, as EFPCs tiveram uma rentabilidade maior ano após ano, acumulando uma rentabilidade de 540% no período, contra 507% do IMA Geral, 442% do TMA/TJP, 428% do CDI e 295% do IBOVESPA. Demonstrando grande solidez e crescimento deste mercado.

Ao final de 2018, com 254 entidades, um investimento total de R\$ 865 bilhões e 2,24 milhões de participantes ativos, o cenário do mercado era o seguinte:

EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	ANO REFERÊNCIA
PREVI	201.950.054	89.669	246.307	104.787	2018
PETROS	74.546.113	71.476	305.442	74.498	2018
FUNCEF	67.806.135	100.848	199.549	55.392	2018
FUNCESP	29.232.481	16.082	48.404	32.070	2018
FUND. ITAÚ UNIBANCO	26.926.294	34.981	2.562	19.742	2018
TOTAL	400.461.077	313.056	802.264	286.489	
TOTAL GERAL	865.191.063	2.668.133	3.932.901	847.911	

Fonte: Consolidado Estatístico ABRAAP 12/2018

Ao observar as cinco maiores EFPCs brasileiras, notamos grande concentração de investimentos em comparação ao total, acumulando 46% de todo o investimento em EFPCs, e também o destaque da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, que detém 23% dos investimentos de todas as EFPCs, porém se tratando de vidas (participantes ativos, dependentes e assistidos), a PREVI, detém quase 6%, mostrando que é um plano rico e um dos mais sólidos do cenário atual.

Hoje, os principais benefícios pagos pelas EFPCs são as Aposentadorias Programadas, as Aposentadorias por Invalidez e as Pensões, com o seguinte desenho:

TIPO	VALOR (R\$ mil)	VALOR MÉDIO MENSAL (R\$)
Aposentadoria Programada	18.072.792	5.968
Aposentadoria por Invalidez	668.819	2.413
Pensões	2.570.907	2.838

Fonte: Consolidado Estatístico ABRAAP 12/2018

Apenas com esses três benefícios, as EFPCs desembolsam aproximadamente R\$ 21 bilhões mensalmente, porém, podemos observar que os valores médios, tanto das Aposentadorias por Invalidez quanto das Pensões, são consideravelmente menores em comparação ao valor da Aposentadoria Programada. Esse dado nos faz questionar quanto à capacidade dos EFPCs conseguirem suprir os custos de vida do aposentado/recebedor do benefício.

3.3 ADESÃO AOS FUNDOS DE PENSÃO

As entidades de previdência complementar, mais conhecidos como fundos de pensão são entidades sem qualquer fim lucrativo e constituídas sob a forma de fundações ou sociedades civis (MARTINEZ, 2003), seu acesso se dá exclusivamente aos empregados de uma empresa ou um grupo de empresas, como também aos servidores dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, denominados como patrocinadores.

Com a regulamentação e a criação de legislação específica, advinda através da Lei Complementar nº 109/01, era esperado para os anos subsequentes um crescimento do sistema fechado de previdência complementar gerado através de maior compreensão e nível escolar aos de gerações anteriores (BROEDEL, 2003). Foram criados incentivos no regime tributário que suprimiu a tributação em sua fase de acumulação e concedeu uma taxa regressiva aos participantes, assim, gerando maior incentivo à participação da população nos fundos de pensão,

Atualmente, o cenário das previdências complementares fechadas, mesmo com os seus benefícios e constantes adequações de suas leis e regulamentações, de acordo com a ABAAAP, é de que possuímos apenas 254 Entidades de Previdência Complementar Fechadas, e 865.191.063 participantes ativos. Em comparação a População Ocupada – PO, que de acordo com a última pesquisa realizada pela Secretária de Planejamento e Assuntos Econômicos, é de 91 milhões, observamos que apenas 9,5% da População Ocupada pertence a alguma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Assim, por mais que o número de participantes venha crescendo nos últimos anos, ainda temos um pequeno percentual de pessoas que aderem os planos de previdência complementar fechada.

4. PREVIDÊNCIA SOCIAL

4.1 DEFINIÇÃO

A previdência social visa conceder aos seus beneficiários, direitos adquiridos por Lei para o recebimento de benefício quando já não é possível a capacidade de trabalho, de acordo com seu planejamento, aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, como também situações atípicas, como em caso de doenças, morte ou invalidez do contribuinte.

Sua regulamentação se deu segundo a Constituição Federal de 1988, no ‘:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

Desta maneira, o Estado assegura por Lei seu dever de prover o mínimo de estrutura financeira, quando a não capacidade de trabalho, seja ela por qualquer um dos motivos listados no Art. 201 da Constituição Federal, aos cidadãos.

4.2 ATUAL CENÁRIO

Atualmente, está em discussão a reforma da previdência social do país, diversas mudanças estão sendo propostas. A Proposta de Emenda à Constituição – PEC foi entregue no dia 20 de fevereiro de 2019, porém até a data do presente estudo não foi finalizada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

As principais mudanças apresentadas são quanto a idade mínima para aposentadoria e a respeito do tempo mínimo de contribuição. Porém mudanças de cálculo, de alíquotas de contribuição, regras de transição e regras específicas para trabalhadores rurais e servidores de todos os segmentos, também estão entre todas as alterações na proposta de reformar da previdência.

Abaixo estão elencadas algumas das mudanças presentes na reforma:

- A idade mínima de aposentadoria será de 62 anos para mulheres e 65 para homens (INSS e servidores públicos), 60 anos para professores de ambos os sexos e trabalhadores rurais e 55 anos para policiais civis e federais e agentes penitenciários e socioeducativos.
- O tempo mínimo de contribuição será de 20 anos para trabalhadores privados urbanos e de 25 anos para servidores públicos.
- Haverá um novo cálculo do valor da aposentadoria, começando em 60% para 20 anos de contribuição e indo até 100% para 40 anos.
- As receitas previdenciárias deixam de ser submetidas à DRU (Desvinculação de Receitas da União), dando mais flexibilidade ao orçamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aposentadoria é um dos pontos mais importantes na vida da classe trabalhadora, em sua maioria, as pessoas esperam que nessa fase, conseguirão realizar sonhos e concluir projetos antes iniciados. E é de conhecimento que não existe ainda reais incentivos à participação aos planos de previdência complementar, seja ela aberta ou fechada.

De acordo com o estudo realizado, focando nos planos de previdência complementar fechada das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, foi possível notar que por mais que a aderência aos planos (participantes ativos) tenha crescido consideravelmente nos últimos anos, ainda temos uma pequena fatia da População Ocupada presente nesses planos, cerca de 9,5%.

Foi observado que, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão em constante crescimento e que seus investimentos estão se solidificando ao longo dos anos, a rentabilidade dos investimentos, desde o início da última década, alcançou resultados consideravelmente melhores que CDI e IBOVESPA, demarcando sua solidez.

No atual cenário, onde uma proposta de reforma da previdência social está em pauta, observa-se que, se aprovada, irá dificultar a aposentadoria por parte dos contribuintes, e por mais que necessária, a reforma pode impactar na vida de muitas pessoas e suas famílias.

Devido às dificuldades de manutenção do atual sistema previdenciário que o Estado enfrenta, será cada vez mais fundamental que cada indivíduo crie sua própria independência financeira para quando estiver em sua aposentadoria. Independência essa que, além de outros meios, pode vir através de uma educação financeira, desde a escola, sendo algo de extrema importância para todas as gerações, e levando assim, um legado melhor para estrutura financeira das futuras gerações.

Por fim, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar já possuem um elevado percentual de ativos no PIB brasileiro, porém com a disseminação do conhecimento financeiro, há uma expectativa de um incremento neste percentual.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SILVA, Jonathan. *Eficiência Financeira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e seus Determinantes*. João Pessoa. 2018.
- RODARTE, José. *A Evolução da Previdência Complementar Fechada no Brasil, da Década de 70 aos Dias Atuais: Expectativas, Tendências e Desafios*. Belo Horizonte. 2011.
- BOSCHETTI, Ivanete. *Implicações da Reforma da Previdência na Seguridade Social Brasileira*. Brasília. 2003
- MARIN, Danielle. *O Impacto da Reforma da Previdência na Aposentadoria*. Taubaté. 2019
- SIQUEIRA, Dirceu e KASSEM, Jamile. *O Incentivo Fiscal Para o Investimento na Previdência Privada Aberta como Alternativa para uma Real Inclusão Social*. Ribeirão Preto. 2017
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS. *Mercado de Trabalho: PNAD Contínua e CAGED*. 2018.
- NETO, Salomão. *Uma Análise Comparativa dos Planos de Previdência Complementar Aberto (PGBL)*. Volta Redonda. 2013.
- RIBEIRO, Luciana. *A Importância das Entidades Fechadas de Previdência Complementar para o Sistema Previdenciário do Brasil*. Brasília. 2018.
- FISCHER, Ismael. *Importância da Previdência Complementar aos Universitários da UNIVATES para Futura Complementação de Renda na Aposentadoria*. Lajeado. 2017.
- ABRAAP. *Consolidado Estatístico*. São Paulo. 2013
- ABRAAP. *Consolidado Estatístico*. São Paulo. 2014
- ABRAAP. *Consolidado Estatístico*. São Paulo. 2015
- ABRAAP. *Consolidado Estatístico*. São Paulo. 2016
- ABRAAP. *Consolidado Estatístico*. São Paulo. 2017
- ABRAAP. *Consolidado Estatístico*. São Paulo. 2018
- FIA. *Reforma da Previdência: Guia Completo e Atualizado 2019*. 09/04/2019. <https://fia.com.br/blog/reforma-da-previdencia-2019/>.
- CHAN, Lilian; SILVA, Fabiana; MARTINS, Gilberto. *Fundamentos da Previdência Complementar: da atuária à contabilidade*. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- JARDIM, Maria. *A Previdência Social e o mercado de Previdência Privada: Um Olhar Sociológico*. 2007.

PINHEIRO, Ricardo. *A Demografia dos Fundos de Pensão*. Coleção Previdência Social. volume 24. 2007.

BROEDEL, Alexsandro. *Análise do Potencial de Crescimento da População Contribuinte para Planos de Previdência Privada e o Balanço Social das EFPC*. FGV/EAESP. São Paulo. 2003

MARTINEZ, Wladimir. *Primeiras Lições de Previdência Complementar*. São Paulo. 1996.

BRASIL. Lei Complementar nº 109, 29 de maio de 2001.

BRASIL. Lei Complementar nº 108, 29 de maio de 2001.

BRASIL. Constituição Federal, 05 de outubro de 1988.